

das funções principais do humor é reforçar as várias constelações culturais, reforçando as normas que existem, ou mesmo pré-existem, em determinadas comunidades. O humor, onde tem sucesso, cria comunidades de riso. Estas correspondem a comunidades ligadas por certas normas. O humor não cria estas normas, mas prospera porque elas existem. Desta forma, a função do humor é defender a norma. Isto, diz o Autor, sem que, necessariamente, o humor seja conservador, porque frequentemente essas comunidades de riso escarnecem à custa dos outros, pintados como defeituosos em relação às normas dos ridentes. Daqui prossegue o Autor para questionar a relação entre moral e humor, apresentando as teses do amoralismo cómico, da malícia no riso, do eticismo cómico e moralismo cómico. Sem tomar parte definitiva por nenhuma Noël Carroll, salientando a função do humor supra citada, recusa a ideia que o humor possa estar para lá do bem e do mal e, talvez num registo demasiado cauteloso, termina recomendando prudência na sua utilização.

A obra parece-nos um excelente exercício do que pretende ser: uma breve introdução à problemática do riso/humor. A uma tal obra não se pode pedir que seja exaustiva. As teses são apresentadas de forma clara e o Autor tem o cuidado de apresentar quase sempre exemplos e na argumentação procura também apresentar as posições em conflito apoiadas nas leituras de filósofos e cientistas, que cita.

Seria bem-vinda a tradução desta obra para português.

*Artur Lemos da Silva*

Doutorando. Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.  
arturls@hotmail.com

DOI: [https://doi.org/10.14195/0872-0851\\_53\\_10](https://doi.org/10.14195/0872-0851_53_10)

Recensão a “Wittgenstein on Mathematics and Certainties”, de Martin Kusch, *International Journal for the Study of Skepticism*, 6 (2016), 120-142.

doi:10.1163/22105700-00603004

Em *Wittgenstein on Mathematics and Certainties*, Kusch procura contribuir para o debate acerca da possibilidade epistémica da leitura de *Da Certeza* (=DC, 1969). Para o evidenciar, coloca-se em oposição a uma ‘leitura não-epistémica’ feita por Marie McGinn e Danièle Moyal-Sharrock que, no desenvolvimento de uma analogia entre enunciados matemáticos e certezas, em que os primeiros serviriam de modelo à constituição das segundas, adoptaram uma tese de contornos gramaticais, assente numa ‘não-proposicionalidade’ do que consideram ser ‘indubitável’. Kusch assume um ponto de vista díspar, propondo uma caracterização de proposições matemáticas e certezas governada por cinco critérios segundo os quais distingue a sua posição da

que atribui a McGinn e Moyal-Sharrock. Deste modo, uma ‘leitura não-epistémica’ de *enunciados* matemáticos e certezas (1) não constituiria as mesmas como proposições, dada a não obediência ao princípio de bipolaridade mais evidente num Wittgenstein tractariano; (2) não poderiam, em consequência, ser epistemicamente justificadas; (3) são anteriores a conhecimento empírico e (4) gozam de inefabilidade; (5) e a sua função primária é semântica. Para Kusch, há uma quase inversão destes critérios: (1\*) falamos não de enunciados, mas de *proposições* matemáticas e certezas, que num Wittgenstein mais tardio não exigem um princípio de bipolaridade estrito, permitindo que (2\*) algumas dessas proposições sejam epistemicamente justificadas, agrupando-as de acordo com o seu conteúdo para este efeito. Na leitura de Kusch, alguns dos tipos delineados (3\*) não são anteriores a conhecimento empírico, nem (4\*) inefáveis. E a sua função primária (5\*) é semântica e epistémica.

A via adoptada por Kusch para reforçar a sua leitura inicia-se na análise de proposições matemáticas, expondo elementos textuais na obra de Wittgenstein ‘a favor e contra’ uma leitura não-epistémica das mesmas, orientada pelos cinco critérios definidos, seguindo o mesmo procedimento para as certezas de Wittgenstein em DC. A sua ênfase recai assumidamente com maior força na segunda parte desta divisão. Algumas das opções tomadas por Kusch na sua exposição poderiam parecer problemáticas, não nos parecendo suficientes face à estatura da obra de McGinn e de Moyal-Sharrock. Esta aparente insuficiência é apenas a introdução à exploração da área cinzenta que separa as duas posições neste debate, jogando com noções tradicionalmente em foco, de verdade, crença justificada e justificação epistémica. Nesta nota, não seguiremos os cinco critérios enumerados de forma sequencial ou aplicando-os a ambos os lados do debate. Como o autor, centrar-nos-emos mais no estatuto das certezas de Wittgenstein, tal como surgem em DC, que nas proposições matemáticas tal como nos são apresentadas no todo da sua obra, e às quais o devido estudo exigiria um alongamento aos *Fundamentos da Matemática*, e às *Observações*. Daremos antes maior atenção à noção de ‘proposicionalidade’, e à sua possibilidade face à alternativa dada por Moyal-Sharrock, para avaliarmos as consequências que derivam quanto à possibilidade da sua justificação epistémica, e quanto à sua função primária.

A principal distinção entre o que poderá constituir uma leitura epistémica, por um lado, e uma leitura não-epistémica, por outro, de uma reflexão que se centra num tema como o *Da Certeza*, parte dos contornos dados ao que Wittgenstein nomeia como tal, e prossegue com as consequências resultantes dos mesmos, tornando a primeira afirmação em cada tese um suporte ao que se lhe segue. Para Moyal-Sharrock (2004; 89)<sup>1</sup> não existem proposições em DC a não ser para elucidação da sua evolução para uma linha pragmática, não proposicional. O culminar da evidência textual para esta posição em DC 204 não é suficiente para Kusch (2016; 131), “*when the*

<sup>1</sup> Moyal-Sharrock, D. (2004). *Understanding Wittgenstein’s on Certainty*. Londres, Reino Unido: Palgrave MacMillan.

*struggle allegedly continues until OC 676*". Porém, interpretemos a importância dada a DC 204 não como um ponto em que se encerra esse debate, mas em que a viragem para uma nova aceção do que pode constituir a 'proposicionalidade' até aí pressentida por Wittgenstein é proposta de modo mais exemplar, assumindo contornos pragmáticos, mas não terminando a possibilidade da proposição no que resta da sua interrogação. Na procura do que substitui a certeza proposicional em DC, Moyal-Sharrock prefere a sua adjectivação enquanto 'regra gramatical', eliminando qualquer possibilidade de conciliação entre as duas categorias: é condição necessária à constituição da primeira, e impeditiva à da segunda, a obediência a um princípio de bipolaridade, de admissão de verdade e de falsidade. Regras não admitem esta bipolaridade, dada a sua arbitrariedade, e dada a estruturação tácita, mas aparentemente absoluta, com que contribuem para a edificação de algo que, por ser admissível de dúvida, é admissível de uma bimodalidade. A sua gramaticalidade é a ausência de dúvida sobre a qual *a porta gira*. A alternativa será conceder, como Kusch, que o princípio da bipolaridade não é imperativo em DC. A proposição pode 'funcionar como uma regra' que, em 'alguns dos seus usos', não pode ser dada como 'verdadeira ou falsa' (Kusch 2016: 131). O uso contínuo da própria noção de 'proposição' por Wittgenstein até ao final de DC não invalida esta possibilidade, embora a tradução como tal esteja sujeita a reconsiderações. Esta variação relativa à admissão do princípio de bipolaridade como mais, ou menos, estrito, é fundamental para a compreensão do que cada lado do debate em questão toma por justificação epistémica.

Temos, pois, que enquanto Moyal-Sharrock procura definir os contornos gramaticais precisos de uma epistemologia tomada no seu sentido mais estrito, apenas justificável num contextualismo estrangeiro à linguística do quotidiano, mas clarificável do mesmo, Kusch encontra uma separação não só maior, mas mais rica também, entre o que entendemos por noções fundamentais em epistemologia, como conhecimento e crença, acentuando não apenas casos específicos onde seria fácil negar este estatuto, mas uma sua compreensibilidade à luz de uma actividade filosófica inserida no quotidiano humano, sem excluir a sua possibilidade enquanto actividade filosófica de todo, o que nos parece ser indubitável propósito do próprio Wittgenstein. Porém, não é um salto fácil. Existe uma separação no uso que fazemos da linguagem, consoante este se dá num cenário de exigência gramatical menor ou maior. Tal não nos permite afirmar que se trata, contudo, de uma rejeição absoluta da tese de Moyal-Sharrock, nem da aceitação plena da tese de Kusch. Trata-se, sim, de um reconhecimento de uma separação entre quaisquer duas teses que coloquem respostas vincadamente definidas face a questões primeiras. A necessidade de o fazer também não deve ser negada: é uma necessidade justificada para, e pela, a aplicação da própria epistemologia, conforme as categorias delineadas por Kusch determinam, e conforme a afirmação de um *continuum* por Moyal-Sharrock (2004; 31) deixa adivinhar. O encontro que cada um realiza com o texto em cada uma das suas caracterizações do que uma certeza constitui em DC é elucidativo desta atitude moderada, flexível, mas nunca fracamente proposta. Todavia, numa preocupação maior com o

que é a nossa forma fundamental de afirmação, Moyal-Sharrock nega a tal espaçamento as qualidades que possui, atribuindo-lhe uma conotação de gravidade, que rejeita em favor de uma dúbia consideração sobre o DC: por um lado, diz-nos que Wittgenstein não é sistemático no uso que faz da substantivação ou na verbalização de *saber* (2004;25); por outro, sugere uma interpretação que escrutina os vários usos da mesma palavra segundo uma intenção que, a nosso ver, não se desdobra da mesma maneira no discurso do autor.

Resumindo a possibilidade de uma leitura epistémica à de uma justificação epistémica tal como vista por Moyal-Sharrock, a categorização de Kusch das certezas de Wittgenstein em dez grupos, cujo ‘comportamento no que diz respeito a justificação epistémica’ é diferente, acentuará mais o valor da proposta de Moyal-Sharrock que da sua. Quanto ao primeiro tipo de justificação que encontra para parte das certezas que anteriormente agrupou, entre as quais ‘crenças perceptivas acerca de objectos familiares de tamanho médio’, ‘crenças autobiográficas’, ‘crenças baseadas em simples raciocínios dedutivos’, ou ‘crenças indutivas simples’, Kusch diz-nos “In other words, the relevant evidence is both overwhelming and yet, in a way, inaccessible. For most proposes it is thus dialectically mute. Nevertheless, our confidence in these beliefs is such that no ordinary evidence can generally either undermine or confirm them. It is these features that for Wittgenstein usually make it odd to self-ascribe these beliefs as ‘knowledge’” (2016: 134). Supomos que, para um mesmo agrupamento, Moyal-Sharrock teria uma resposta definida: a dificuldade surge não porque falamos de ‘crenças imperturbáveis’ (2004: 21), mas porque o tipo de certeza aqui exposto não é epistémico, servindo a exposição de Moore como exemplo da impossibilidade de fundamentar ou defender as asserções pertencentes a qualquer uma destas categorias, ainda que empiricamente fundadas. Esta contraposição entre as duas teses em foco estende-se a outras crenças enumeradas por Kusch, nomeadamente ‘crenças empírico-científico fundamentais’, em relação às quais uma introdução à noção de persuasão e concordância entre os pares seria bem-vinda, ou ‘crenças religiosas fundamentais’, acerca das quais remete para as *Aulas* dadas por Wittgenstein sobre o tema. Por fim, quanto a ‘crenças que constituem domínios de conhecimento’, Kusch assume que é apenas para as mesmas que a impossibilidade de justificação epistémica advogada por Moyal-Sharrock se confirma. Difeririam das primeiras categorias porque o que entendemos por ‘experiência’ nestes domínios não é o que concerne à ‘experiência’ familiar, quotidiana, que as suporta. Aqui, também, uma clarificação seria bem-recebida, acerca do que estes ‘domínios de conhecimento’ são, e que ‘experiência exigem’, em comparação, por exemplo, aos que derivam de ‘crenças empírico-científico fundamentais’.

Porém, a proposta de Kusch não se resume a esta ordenação, nem o autor ignora a possibilidade de contrariar a sua intenção. Abordando a mesma em recurso a DC 558 e 559, salienta a necessidade de colocar cada passagem lida no jogo de linguagem que a suporta. A negação, por Kusch, da necessidade de um ‘princípio de bipolaridade’ na noção de proposição, enquanto negação da necessidade de esta poder

ser verdadeira e falsa, deixa em aberto a possibilidade de uma arbitrariedade no que é tomado como tal, face à qual está bastante confortável. Segundo Moyal-Sharrock a justificação que advém da sua verdade e falsidade é epistémica; a justificação que advém da sua arbitrariedade é (epistemicamente) vazia. Tomando essa direcção, o arranjo categorial de Kusch, embora concordante com o que encontramos em DC, e facilitador de uma orientação textual, é elucidativo não da sua justificação epistémica, mas da ausência da mesma em consequência de o que considerou serem certezas proposicionais, por vezes capazes de funcionarem enquanto regras, não nos serem solidamente apresentadas. Parece ser claro, contudo, que o que Kusch entende por justificação epistémica tem um teor diferente, mais desafogado de uma tese explícita acerca do que tomamos por verdadeiro, sincronizado com o propósito assumido por Wittgenstein, e passível de evitar um afogamento na procura de um valor acrescido ao da própria verdade em cada categoria que à mesma poderia aspirar.

Embora a justificação epistémica do que Wittgenstein nos apresenta como ‘certezas’ em DC não seja para nós um dado, conforme o até aqui escrito, não nos parece, que o funcionamento de ‘certezas’ enquanto regras cuja operação se assemelha à de regras gramaticais, seja destituído por isso mesmo de uma função epistémica, não meramente semântica. A ‘função primária’ destas ‘certezas’ é um ponto no qual a proposta epistémica de Kusch revela uma possibilidade de compromisso com a leitura quase linguística de McGinn e Moyal-Sharrock. Para clarificar o mesmo, Kusch retorna às categorias anteriormente organizadas, mantendo a sua posição de modo a afirmar a determinação de um sistema epistémico pelos suportes epistémicos que o sustentam. Esta necessidade não nos é imediatamente clara, mas adiante no texto encontramos um ponto de encontro comum quando Kusch nega um cepticismo dubitativo em Wittgenstein. Não é, diz-nos, a absoluta ausência de inconsistências num sistema epistémico que validam o mesmo, da mesma forma que não é a prova da consistência de um sistema lógico-matemático toda a sua base. A par de Kusch, tomamos DC 375 como afirmação desta posição:

Aqui deve-se notar que a completa ausência de dúvida em certo ponto, até mesmo onde diríamos que pode haver uma dúvida ‘legítima’, não tem de falsificar um jogo de linguagem. Há também algo como uma *outra* aritmética.

Penso que essa admissão tem de estar na base de toda a compreensão da lógica. (DC 375)

O papel da dúvida em DC, a par do que é tomado pela experiência enquanto espaço determinativo à decisão de focagem no próprio jogo de linguagem, mereceriam na análise de Kusch maior atenção, de forma a solidificar a própria posição. Como o próprio faz notar seria necessário um espaço maior para cumprir esse propósito, e outros trabalhos seus tomam esta direcção. A possibilidade de justificar epistemicamente as categorias que dá como proposicionais, negando-lhes uma bipolaridade

assumida, não anula as consequências que retira da funcionalidade da certeza em Wittgenstein, desdobrando um leque de questões em aberto que reflectem, em parte, a própria amplitude do texto original.

João Sardo Mourão

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa

joao.sardo.mourao@gmail.com

DOI: [https://doi.org/10.14195/0872-0851\\_53\\_11](https://doi.org/10.14195/0872-0851_53_11)

Tobias Endres, Timo Klattenhoff, Pellegrino Favuzzi (Eds.), *Philosophie der Kultur – und Wissensformen: Ernst Cassirer neu lesen*, Frankfurt am Main: Peter Lang, 2016, 313 páginas.

Muito por causa da repercussão da edição da sua obra póstuma, são inúmeras as monografias que, nestes últimos anos, têm sido dedicadas ao pensamento filosófico de Ernst Cassirer. Os textos reunidos em *Philosophie der Kultur- und Wissensformen: Ernst Cassirer neu lesen* espelham, sobremaneira, e com grande acuidade analítica, o espectro transdisciplinar da filosofia cassireriana, ao mesmo tempo que lhe devolvem os seus eixos conceptuais fundamentais. Estas duas dimensões encontram-se, particularmente, bem presentes nos quatro textos que se ocupam das formas de externalização da capacidade simbólica do ser humano. Da pintura (Yosuke Hamada, pp. 71-92) ao universo da imagem cinematográfica (Peter Remmers, pp. 55-70) e das novas tecnologias digitais (Rafael Garcia, pp. 93-112) às formas de mediação monetárias (Timo Klattenhoff, pp. 113-136), eis as temáticas nucleares que dão relevo à formulação cassireriana de “forma simbólica” como articulação entre sentido (*Sinn*) e sensibilidade (*Sinnlichkeit*). De facto, tal articulação presta-se, no quadro teórico de uma filosofia da cultura, a várias aplicações e interpretações, não estando, por isso, refém das principais formas simbólicas analisadas pelo filósofo alemão. Mas, de todas essas formas amplamente teorizadas por Cassirer, é, sem dúvida, a do mito que mais tem servido o renascimento da sua obra. Logo após a morte do autor, a publicação de *The Myth of the State* veio acrescentar à análise das dimensões mitológicas da cultura – nomeadamente aquelas que provêm da sociabilidade comunitária – o questionamento da sua reprodutibilidade política e técnica. Os textos de Pellegrino Favuzzi (pp. 183-212) e Gisela Starke (pp. 213-238) dão corpo reflexivo a essa segunda etapa do pensamento cassireriano, onde é possível vislumbrar o binómio “razão-emoção” nas fundações modernas da filosofia política e a sua programação ideológica operada pelo regime nazi.

A questão da transformação da filosofia numa *Kulturphilosophie* esteve sempre inscrita nos desígnios da obra de Cassirer. Porém, e ao contrário de certas interpre-